



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0011893-89.2024.5.18.0011

Tramitação Preferencial
- Idoso acima de 80 Anos

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 04/12/2024

Valor da causa: R\$ 199.497,69

Partes:

AUTOR: --- ADVOGADO: CLAYTON MACHADO GOMES ARANTES FILHO **RÉU:** ---
PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJEADVOGADO: DANILO DI REZENDE BERNARDES

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

11ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

0011893-89.2024.5.18.0011

: ---

: ---



SENTENÇA

I – RELATÓRIO

--- ajuizou, em 4.12.2024, ação

trabalhista em face de ---, alegando que foi admitido em 12.6.2021, para exercer as funções de cuidador/acompanhante de idoso e governante do lar, e foi dispensado sem justa causa em 11.7.2024. Após exposição fática e jurídica, requereu a gratuidade de justiça e postulou a declaração de existência de vínculo empregatício, o cumprimento de obrigações de fazer e o pagamento dos seguintes títulos: saldo de salário, aviso prévio indenizado, férias em dobro, vencidas e proporcionais + 1/3, 13ºs salários integrais e proporcionais, FGTS, indenização de 40%, seguro-desemprego, multa do artigo 477 da CLT, multa do artigo 467 da CLT, horas extras, intervalo intrajornada, reembolso de despesas com veículo próprio, restituição de empréstimo e indenização por danos morais. Atribuiu à causa o valor de R\$199.497,69. Juntou documentos.

Rejeitada a conciliação, foi recebida a defesa e os documentos apresentados pela reclamada. Suscitada ilegitimidade passiva ad causam, e, no mérito, contestados os pedidos (f. 103/138).

Ouvidas a reclamante e duas testemunhas. Rejeitada a última proposta conciliatória (f. 1003/1007).

Razões finais escritas (f. 1009/1013 e 1014/1019).

É o relatório.

Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

A alegação de que prestou serviços empregatícios à reclamada legitima a inclusão desta no polo passivo da lide, conforme a teoria da asserção.

Rejeito.

VÍNCULO EMPREGATÍCIO E PEDIDOS CORRELATOS

O vínculo empregatício emerge quando presentes os elementos fático-jurídicos dessa relação jurídica especial, quais sejam: o trabalho prestado por pessoa física, a pessoalidade, a onerosidade, a não eventualidade e a subordinação jurídica, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT.

No presente caso, a reclamada negou a prestação de serviços

pelo reclamante, ao afirmar que ele “nunca foi empregado ou prestou serviços como cuidador/governante” (f. 106), bem como que havia entre as partes uma relação de amizade (f. 111). Assim, cabia ao reclamante comprovar os fatos constitutivos do seu direito, nos termos do artigo 818, I, da CLT, pois, nesse caso, não se presume relação de emprego, encargo processual do qual não se desvencilhou.

Com efeito, não é possível extrair do áudio cujo link foi disponibilizado na peça de ingresso (f. 8) que havia prestação de serviços subordinados à reclamada. Aliás, as atas notariais apresentadas aos autos revelam que o reclamante prestava favores à demandada (f. 50/93), corroborando a tese defensiva de que havia, entre as partes, mera relação de amizade.

Tanto é assim que a reclamada lavrou testamento público a favor do reclamante, em que o favoreceria com todo o seu patrimônio (f. 965/968), bem como outorgou-lhe procuração pública, posteriormente revogada (f. 141). Da prova documental se extrai o evidente vínculo afetivo, conforme, inclusive, o próprio reclamante descreveu em postagens na rede social Instagram (f. 960 e 961).

A prova oral também não favorece o reclamante.

Isso porque as duas testemunhas ouvidas em juízo confirmaram a alegação defensiva de que a reclamada contratou cuidadoras para auxiliá-la no dia a dia (o que foi reforçado pelos TRCTs apresentados, f. 474, 509 e 569).

Ademais, revelaram as testemunhas que o reclamante pressionou a reclamada a, de modo fraudulento, oficializar uma suposta união estável entre as partes, com visível interesse no patrimônio da ré, o que foi impedido pelo serventuário do cartório a que se dirigiram as partes.

Patente a má-fé do reclamante, que propôs a presente aventura jurídica para se enriquecer indevidamente, causando transtorno à reclamada, pessoa idosa, que necessitou contratar serviços advocatícios, comparecer em juízo e convocar testemunhas para se defender da conduta maliciosa do autor.

Ante o exposto, julgo improcedente o pedido de declaração de existência de vínculo empregatício, e, conseqüentemente, julgo improcedentes os pedidos de cumprimento de obrigações de fazer (anotação da CTPS e entrega da documentação para saque do FGTS e habilitação no seguro-desemprego) e julgo improcedentes os pedidos condenatórios (saldo de salário, aviso prévio indenizado, férias em dobro, vencidas e proporcionais + 1/3, 13ºs salários integrais e proporcionais, FGTS, indenização de 40%, multa do artigo 477 da CLT, multa do artigo 467 da CLT, horas extras, intervalo intrajornada, reembolso de despesas com veículo próprio e indenização por danos morais).

Por fim, quanto à restituição de empréstimo, haja vista que as

partes não travaram nem sequer relação de trabalho (art. 114, I, da CF), julgo extinto o pedido sem resolução do mérito, por incompetência material (art. 485, IV, do CPC).

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O reclamante alterou visivelmente a verdade dos fatos, ao afirmar que foi empregado da reclamada (art. 793-B, II, da CLT). Ademais, o autor tentou utilizar o processo para alcançar objetivo ilegal (art. 793-B, III, da CLT), como já havia feito quando tentou formalizar união estável fraudulenta com a reclamada.

O que se percebe é que o reclamante tenta ludibriar serviços públicos, como o cartório e o judicial, e utilizar meios jurídicos para se enriquecer indevidamente, denotando a evidente conduta de má-fé do autor.

Assim, com base no art. 793-C da CLT, defiro o requerimento (f. 134) e condeno o reclamante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no importe de 9,9% do valor corrigido da causa, a favor da parte ré, bem como ao ressarcimento das despesas com honorários advocatícios comprovadas pela reclamada.

JUSTIÇA GRATUITA

No julgamento do IRR 21, o TST definiu as seguintes teses:

“1) Independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poder-dever de conceder o benefício da justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos;

2) O pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado, nos termos da Lei nº 7.115/83, sob as penas do art. 299 do Código Penal;

3) Havendo impugnação à pretensão pela parte contrária, acompanhada de prova, o juiz abrirá vista ao requerente do pedido de gratuidade de justiça, decidindo, após, o incidente (art. 99, § 2º, do CPC).”

Na espécie, o reclamante apresentou declaração de

hipossuficiência econômica (f. 26/27), não elidida por prova robusta em sentido contrário produzida pela reclamada, motivo pelo qual defiro os benefícios da justiça gratuita.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Condeno o reclamante a pagar honorários sucumbenciais aos advogados da reclamada, arbitrados em 12,5% sobre o valor atualizado da causa, com base nos parâmetros do art. 791-A, §2º, da CLT, cuja exigibilidade ficará suspensa pelo prazo de dois anos, face ao deferimento da gratuidade de justiça (ADI 5.766), após o qual, se não comprovado que cessou a insuficiência financeira obreira, ficará extinta a obrigação (art. 791-A, §4º, da CLT).

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, na ação trabalhista proposta por --- em face de ---, decido, nos termos da fundamentação, parte integrante deste dispositivo:

- extinguir, sem resolução do mérito, o pedido de ressarcimento de empréstimo;

- julgar improcedentes os pedidos;

- condenar o reclamante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no importe de 9,9% do valor corrigido da causa, a favor da autora;

- condenar o reclamante ao ressarcimento das despesas com honorários advocatícios comprovadas pela reclamada;

- deferir a gratuidade de justiça ao reclamante;

- condenar o reclamante a pagar honorários sucumbenciais aos advogados da reclamada, arbitrados em 12,5% sobre o valor atualizado da causa, cuja exigibilidade ficará suspensa;

Custas pelo reclamante, no importe de R\$3.989,95, calculadas sobre o valor atribuído à causa (R\$199.497,69) (art. 789, II, da CLT), de cujo recolhimento fica dispensado, face à gratuidade de justiça concedida (art. 790-A, caput, da CLT).

Intimem-se.

GOIANIA/GO, 07 de março de 2025.

VIVIANE PEREIRA DE FREITAS

Juíza do Trabalho Substituta



Documento assinado eletronicamente por VIVIANE PEREIRA DE FREITAS, em 07/03/2025, às 16:15:29 - 13ad7cf
<https://pje.trt18.jus.br/pjekz/validacao/25030716131871700000070416422?instancia=1>
Número do processo: 0011893-89.2024.5.18.0011
Número do documento: 25030716131871700000070416422